



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Planejamento e Articulação

Parecer nº 1/2022/CTPA-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.003311/2022-97

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Assunto: **Posicionamento da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA/CNRH) sobre a proposta do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040, apresentada pela SNSH/MDR, com vistas ao encaminhamento ao plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos**

1. INTRODUÇÃO

1.1. O PNRH é o documento orientador da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da atuação do SINGREH, que envolve instituições nos níveis federal, dos Estados da Federação e Distrito Federal e das bacias hidrográficas. Portanto, é um instrumento essencial para coordenar as ações nas três escalas de gestão dos recursos hídricos.

1.2. O Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH), é o órgão responsável pela Política Nacional de Recursos Hídricos, contando em sua estrutura institucional com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como autarquia vinculada (MP nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019).

1.3. Cabe ao MDR, por meio da SNSH, a coordenação da elaboração, das revisões e do acompanhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, contando com a participação da ANA, por meio do aporte técnico necessário para elaboração das suas etapas e em articulação com o CNRH, por meio da sua Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA).

1.4. Nos anos de 2005 e 2006, o PNRH foi desenvolvido e aprovado por meio da Resolução nº 58/2006 do CNRH. Durante sua elaboração, uma série de estudos técnicos foi desenvolvida, bem como foram realizadas diversas reuniões e discussões com a participação de representantes do Poder Público, dos setores usuários de recursos hídricos e da sociedade em geral.

1.5. Sendo a participação social um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela [Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997](#), a elaboração do PNRH 2022-2040, envolveu processo participativo junto às instituições do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas) e a sociedade em geral.

1.6. O processo participativo para a elaboração do novo PNRH, com horizonte temporal previsto para o período 2022-2040, teve início em 2019 e incluiu a realização de reuniões técnicas, oficinas de trabalho, seminários nacionais e consulta online.

2. HISTÓRICO

2.1. O PNRH define as diretrizes norteadoras para a implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos e a atuação do SINGREH, bem como os programas e as metas para o alcance dos seus objetivos estratégicos.

2.2. Cabe ao CNRH acompanhar a execução e aprovar o PNRH, bem como promover a articulação entre o planejamento nacional, regional, estaduais e dos setores usuários da água. No âmbito do CNRH, a Câmara Técnica de Planejamento e Articulação tem o papel de acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional, sua implementação e suas revisões.

2.3. O PNRH foi aprovado em 2006 pelo CNRH, com horizonte temporal até 2020. A cada quatro anos, o PNRH passa por uma revisão, que envolve consultas às instituições do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e

à sociedade, com o objetivo de orientar as ações dos Governos Federal, dos Estados e Distrital para o ciclo seguinte de implementação. Com a revisão do PNRH busca-se articular melhor as necessidades dos governos estaduais e federal para melhorar a capacidade de enfrentar os desafios hídricos em diferentes níveis, por meio de uma resposta coordenada com o alinhamento das prioridades políticas.

2.4. A primeira revisão do PNRH ocorreu em 2011, formalizada por meio da Resolução CNRH nº 135, de 14 de dezembro de 2011, que aprovou 22 prioridades para o período de 2012 a 2015 como atualização do Volume IV – Programas Nacionais e Metas. No ano de 2016, foi realizado novo processo participativo e foram aprovadas 16 prioridades e 71 metas por meio da Resolução CNRH nº 181/2016, para o horizonte temporal de 2016 a 2020, como resultado da segunda revisão do PNRH.

2.5. O período entre 2019 e 2021 foi dedicado à realização processo de elaboração do novo PNRH, cuja vigência terá início em 2022. A elaboração do PNRH 2022-2040 teve como foco estabelecer diretrizes, programas e metas, pactuados social e politicamente, por meio de um amplo processo de discussão, a partir de uma base técnica consistente, considerando o horizonte temporal 2022-2040.

2.6. O objetivo deste processo é estabelecer, para um horizonte temporal até 2040, diretrizes, programas e metas, pactuados social e politicamente, por meio de amplo processo de discussão, envolvendo os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh e a sociedade em geral.

2.7. Durante o processo, o Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica e com o apoio técnico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico realizou consulta pública e debates técnicos sobre os ajustes de rumo e prioridades que irão orientar o próximo ciclo de implementação do PNRH (2022-2040).

2.8. No decorrer desse período, foram realizados eventos públicos com o objetivo de: 1. Reunir contribuições para o Diagnóstico e Prognóstico dos Recursos Hídricos no Brasil e para a formulação do Plano de Ação e do Anexo Normativo; 2. Consolidar os resultados do processo de elaboração do PNRH 2022-2040; 3. Propiciar o acompanhamento, contribuições e validação do conteúdo do PNRH pelo CNRH e suas Câmaras Técnicas. Os eventos técnicos subsidiaram a consolidação da base técnica do PNRH 2022-2040 e do Plano de Ação e respectivo Anexo Normativo.

2.9. A participação pública nacional se deu por meio de: 5 oficinas regionais (Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, Norte); 7 oficinas setoriais e com a sociedade civil (saneamento, energia, agricultura e irrigação, indústria e mineração, transporte aquaviário, pesca, lazer e turismo, sociedade civil); 7 oficinas temáticas (águas subterrâneas, revitalização de bacias hidrográficas, mudanças climáticas, comunicação, educação ambiental e capacitação, gestão costeira, gestão transfronteiriça, arranjo institucional e instrumentos); 2 oficinas nacionais (cenários prospectivos e consolidação dos Programas e Ações do PNRH); 1 seminário nacional para consolidação dos Programas e 2 oficinas para pactuação das ações, metas e propostas de normativos que constituem o Plano de Ação. Além dos eventos públicos, foram realizadas 27 reuniões técnicas envolvendo órgãos do Governo Federal.

2.10. Os eventos contaram com a participação de cerca de 3.500 pessoas, sendo 63,2% representantes de instituições integrantes do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SINGREH). Os representantes do Poder Público (de todos os níveis) totalizaram 37,9% dos participantes, 30,4% representavam a sociedade civil e 17,3% pertenciam ao segmento dos usuários de recursos hídricos.

2.11. A proposta do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 foi analisada pela Câmara Técnica de Planejamento e Articulação em sua 13ª reunião, realizada nos dias 14 e 21 de fevereiro de 2022.

3. CONTEÚDO DO PNRH 2022-2040

3.1. A base técnica para as atividades do processo participativo foram o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2020 – Informe Anual e informações preliminares do Relatório Pleno 2021, os estudos técnicos apresentados pela ANA e o documento base do processo de elaboração do PNRH 2022-2040; e as proposta de Plano de Ação (Objetivos, Diretrizes, Metas e Programas) e de Plano Normativo.

3.2. A proposta do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 é composta por dois documentos, que trazem o conteúdo de Diagnóstico e Prognóstico dos Recursos Hídricos no Brasil, e do Plano de Ação, com seu Anexo Normativo. O Volume I, contemplando as informações de Diagnóstico e Prognóstico, corresponde ao Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2021- Relatório Pleno, elaborado pela ANA, iniciando um novo ciclo do Conjuntura, com atualização anual. O Volume II, do Plano de Ação, trata da “Estratégia Nacional para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos em 2022- 2040”, complementado por seu Anexo Normativo, contendo as propostas ou minutas de deliberações necessários para a efetivação das ações previstas, a serem atendidas pelo poder público e setores usuários da água.

3.3. O PNRH 2022-2040 conta com 5 Programas, distribuídos em 23 Componentes. Verifica-se que o Programa 1 é voltado ao ambiente interno do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e abrange subprogramas voltados ao fortalecimento das instituições que o integram; o Programa 2 trata da implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; o Programa 3 inclui temas cujas ações contribuem para a gestão da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos; o Programa 4 é voltado à articulação e integração da Política Nacional de Recursos Hídricos com as Políticas e Planejamentos Setoriais, e seus subprogramas incluem assuntos transversais; o quinto e último

Programa trata do gerenciamento do próprio Plano, propondo um Sistema de Monitoramento e Avaliação do PNRH 2022-2040.

3.4. O Quadro 1 apresenta a relação de Programas e respectivos Subprogramas do PNRH 2022-2040.

Programa	Subprograma
1. Fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.	1.1. Fortalecimento dos Sistemas de Recursos Hídricos e da Gestão Compartilhada em Bacias Hidrográficas.
	1.2. Criação de Arranjos Institucionais e Fortalecimento de Instâncias Colegiadas para a Gestão de Recursos Hídricos.
	1.3. Implementação e Consolidação de Agências de Água.
	1.4. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental para a Gestão de Recursos Hídricos.
	1.5. Inovação, Ciência e Tecnologia para a Gestão de Recursos Hídricos.
2. Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.	2.1. Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.
	2.2. Cadastro e Fiscalização de Usos de Recursos Hídricos.
	2.3. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.
	2.4. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso.
	2.5. Planos de Recursos Hídricos.
	2.6. Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.
3. Gestão da Qualidade e da Quantidade dos Recursos Hídricos.	3.1. Unificação de Bases de Dados.
	3.2. Gestão das Águas Subterrâneas.
	3.3. Monitoramento Quali-Quantitativo dos Recursos Hídricos.
	3.4. Eventos Hidrológicos Críticos e de Conflitos pelo Uso da Água.
	3.5. Oferta e Uso Eficiente da Água.
4. Integração da Política Nacional de Recursos Hídricos com Políticas e Planos Setoriais.	4.1. Interface do PNRH com as Políticas e Planos Setoriais.
	4.2. Revitalização de Bacias Hidrográficas.
	4.3. Segurança de Barragens.
	4.4. Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas.
	4.5. Gestão de Recursos Hídricos em Regiões Fronteiriças e Transfronteiriças.
	4.6. Gestão de Recursos Hídricos nas Zonas Costeiras e Estuarinas.
5. Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos.	5.1. Sistema de Monitoramento e Avaliação do PNRH 2022-2040.

3.5. Integrando o Volume 2, foi apresentado o Anexo Normativo, contemplando as decisões de caráter vinculante e compulsório, propostas visando à implementação dos Programas do PNRH 2022-2040. Nele estão os conteúdos que deverão compor minutas de resoluções, portarias, decretos ou projetos de Lei.

3.6. Além dos conteúdos a acima citados, a elaboração do PNRH 2022-2040 contou com o apoio de um estudo de Cenários Prospectivos, com o objetivo de antecipar as potencialidades, os gargalos e os conflitos nos quais o Singreh, possa ser demandado a intervir para mitigar efeitos negativos, permitindo a organização dos atores envolvidos e evidenciando oportunidades.

4. ANÁLISE DA CTPA

4.1. Durante a reunião foram apresentados o conteúdo do Volume I – Diagnóstico e Prognóstico dos Recursos Hídricos, pela ANA e do Volume II – Plano de Ação e Anexo Normativo, pelo MDR. A CTPA/CNRH propôs alguns ajustes pontuais aos documentos, que são informados na memória da reunião, além da proposta de inclusão de nova proposta de diretriz para o Programa 2.5 e de Ação para o Programa 4.1, conforme descritas a seguir:

Subprograma 2.5. Planos de Recursos Hídricos.	Nova diretriz: Promover a elaboração conjunta de inventários de armazenamento para usos múltiplos, visando a revisão e integração dos inventários setoriais, de forma articulada com o Plano Nacional de Segurança Hídrica - PNSH.
	Apresentar, sempre que couber, os indicadores do índice de segurança hídrica (ISH) para a resiliência.
	Avaliar, sempre que necessário, os efeitos de cascatas de origem de barramento no território dos planos.
Subprograma 3.3. Monitoramento Quali-Quantitativo dos Recursos Hídricos.	Nova diretriz: Garantir que os dados da rede de monitoramento hidrológico sejam suficientes para atender às condicionantes da outorga.

Subprograma 3.5. Oferta e Uso Eficiente da Água.	Nova diretriz: Promover a expansão da estrutura hídrica voltada à segurança hídrica, considerando os planos bacias hidrográficas.
	Nova diretriz: Considerar as informações dos planos de bacia, sempre que existirem, para o desenvolvimento de ações de estímulo ao aumento da oferta hídrica, buscando a melhoria a melhoria e a efetividade da capacidade de reservação das bacias hidrográficas,
Subprograma 4.1. Interface do PNRH com as Políticas e Planos Setoriais.	Nova ação: Desenvolver estudos sobre armazenamentos para usos múltiplos, a serem observados pelos planos de bacia, quando necessário, levando em consideração a interface entre os setores usuários, a adaptação climática e a minimização dos efeitos dos eventos hidrológicos críticos, nas bacias que apresentem situação de criticidade hídrica. Meta: Estudos realizados em 2 (duas) bacias hidrográficas piloto, que apresentem situação de criticidade hídrica, segundo o ISH. Executores: MDR e ANA Acompanhamento: CNRH e CBHs Prazo: Médio Prazo
	Nova diretriz: Ampliar os recursos para o investimento nas ações de saneamento no âmbito do PRODES, identificando novas fontes possíveis, para além dos recursos da cobrança e da CFURH, bem como buscando a sustentabilidade para o Programa.
	Nova diretriz: Considerar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento territorial.
	Nova diretriz: Promover mecanismos de controle dos impactos urbanos nos recursos hídricos.
	Nova diretriz: Promover o acompanhamento do uso e ocupação do solo em áreas de recarga e áreas de descarga.
	Nova diretriz: Incentivar a implantação de infraestruturas que mitigam os impactos da ocupação do solo, em especial o reuso e aproveitamento de água da chuva.
Subprograma 4.2. Revitalização de Bacias Hidrográficas.	Nova diretriz: Considerar novas variáveis na revitalização de bacias, como mudança climática e ISH.
Subprograma 4.3. Segurança de Barragens.	Nova diretriz: Propor a regulamentação de temas da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB, identificados no estudo de avaliação ex-post da Política.
Subprograma 4.4. Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas.	Nova diretriz: Observar as diretrizes do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas para desenvolvimento das ações do Programa.

4.2. Também foi solicitada pelo MDR a retirada de proposta de normativo do Programa 2.1 e pelo MME a retirada de proposta de ação do Programa 4.1, conforme descrito a seguir:

Subprograma 2.1. Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.	Normativo: “Propor normativo no âmbito do CNRH sobre a necessidade de que a redução de garantia física (5% e 10%) prevista no Decreto 2.655/1998, que "regulamenta o mercado atacadista do Operador Nacional do Sistema Elétrico e define regras de organização do ONS", possa ser também decorrente de aspectos ligados aos recursos hídricos, como um aumento dos usos consuntivos a montante”.
Subprograma 4.1. Interface do PNRH com as Políticas e Planos Setoriais.	Ação: Desenvolver estudo para a proposição de aperfeiçoamento da articulação institucional e a operação dos reservatórios do sistema elétrico, de forma a também atender os outros setores usuários e incrementar a segurança hídrica das respectivas bacias hidrográficas. Meta: Estudo elaborado Executores: MDR, ANA, MME e EPE Parceiros: MINFRA, MTUR, MMA, MAPA CERHs, OGERHs e CBHs, OEMAs, IBAMA, ANEEL, ANTAQ, EPL, ONS, CPRM, CBHs Prazo: Médio Prazo

4.3. A justificativa para a retirada dos itens acima se referem à ausência de competência legal do CNRH ou mesmo do PNRH para normatização ou execução dos temas em referência, que dizem respeito aos processos de planejamento e operação do sistema elétrico brasileiro, que contam com uma estrutura de governança própria, envolvendo as atribuições legais do Ministério de Minas e Energia - MME, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e do Operador Nacional do Sistema - ONS.

4.4. No entanto, não houve consenso no âmbito da CTPA quanto à retirada ou não das propostas, sendo considerado oportuno seu encaminhamento para a apreciação da CTAL, que tem como atribuição “analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas e pelo Plenário”.

5. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO

5.1. A avaliação da CTPA é no sentido de que o conteúdo proposto para o PNRH 2022-2040 contempla os requisitos exigidos pelas legislações, sendo **satisfatório** quanto a este critério.

5.2. No entanto, não houve consenso da Câmara Técnica quanto à proposta de retirada dos itens constantes no Quadro 02 deste Parecer e, considerando que a justificativa para a retirada se refere à ausência de competência da Política e do CNRH para o tratar a matéria, sugerimos o destaque para esses dois itens, com vistas à apreciação da CTAL quanto aos aspectos legais e constitucionais.

5.3. Assim, encaminhamos este parecer, com a proposta de minuta de Resolução que aprova o PNRH 2022-2040, para apreciação da CTAL, além da versão preliminar dos documentos que integram o PNRH 2022-2040.

5.4. Solicitamos a avaliação dessa CTAL e posterior encaminhamento ao plenário do CNRH para enriquecimento do debate e objetivando ter seu mérito apreciado com vistas à aprovação.

Em 21 de fevereiro de 2022.

SYNARA BROCH

Coordenadora da CTPA



Documento assinado eletronicamente por **Synara Aparecida Olendzki Broch, Usuário Externo**, em 25/02/2022, às 11:11, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3616478** e o código CRC **14FD0793**.